

# A AGROPECUÁRIA E OS FATORES MEDIADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS/TO

*Agriculture and mediating factors for sustainable development:  
a study on family farming in the municipality of Dianópolis/TO*

*Agricultura y factores mediadores para el desarrollo sostenible:  
un estudio sobre la agricultura familiar en el municipio de  
Dianópolis/TO*

DOI: 10.48075/igepec.v28i1.32853

Liziane Fátima Prichoa de March  
Universidade de Taubaté

Moacir Santos  
Universidade de Taubaté

Edson trajano Vieira  
Universidade de Taubaté

# A AGROPECUÁRIA E OS FATORES MEDIADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS/TO

*Agriculture and mediating factors for sustainable development: a study on family farming in the municipality of Dianópolis/TO*

*agricultura y factores mediadores para el desarrollo sostenible: un estudio sobre la agricultura familiar en el municipio de Dianópolis/TO*

Liziane Fátima Prichoa de March<sup>1</sup>

Moacir Santos<sup>2</sup>

Edson Trajano Vieira<sup>3</sup>

**Resumo:** O município de Dianópolis está localizado na região Sudeste do Estado do Tocantins, e apresenta desafios quanto ao desenvolvimento local, por encontrar-se em uma região com estiagens prolongadas, fator que interfere na sua principal atividade econômica que é a agropecuária. O presente artigo tem como objetivo caracterizar as estratégias para a agropecuária adotadas pelos órgãos do município de Dianópolis e pelo estado de Tocantins para atender os pequenos produtores rurais da agricultura familiar. A metodologia aplicada pautou-se em uma abordagem exploratória, com análise documental, pesquisa de campo, aplicação de questionário aos produtores da agricultura familiar local e entrevistas com os gestores da agropecuária. Identificou-se que apesar de representatividade econômica do setor agrícola no município de Dianópolis/TO e o estímulo para a continuidade da atividade, a agricultura familiar encontra dificuldades com a falta de assistência técnica, e principalmente, em relação as políticas públicas locais dedicadas a atender as necessidades do setor.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Agropecuária. Desenvolvimento regional. Políticas públicas.

**Abstract:** The municipality of Dianópolis is located in the Southeast region of the State of Tocantins, and presents challenges in terms of local development, as it is in a region with prolonged droughts, a factor that interferes with its main economic activity, which is agriculture. This article aims to characterize the agricultural strategies adopted by bodies in the municipality of Dianópolis and the state of Tocantins to serve small rural producers in family farming. The methodology applied was based on an exploratory approach, with documentary analysis, field research, questionnaire application to local family farming producers and interviews with agricultural managers. It was identified that despite the economic representation of the agricultural sector in the municipality of Dianópolis/TO and the stimulus for the continuity of the activity, family farming encounters difficulties with the lack of technical assistance, and mainly, in relation to local public policies dedicated to meeting the needs of the sector.

**Keywords:** Family farming. Agriculture. Regional development. Public policy.

**Resumen:** El municipio de Dianópolis está ubicado en la región Sudeste del Estado de Tocantins, y presenta desafíos en términos de desarrollo local, al encontrarse en una región con sequías prolongadas, factor que interfiere con su principal actividad económica, que es la agricultura. Este artículo tiene como objetivo caracterizar las estrategias agrícolas adoptadas por entidades del

---

<sup>1</sup>Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU). Graduação em Agronomia, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: liziane.prichoa@gmail.com

<sup>2</sup>Doutor em História (UNESP). Docente do Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU) e da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba (FATEC). E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

<sup>3</sup>Graduação em Economia (UNITAU). Doutor em História Econômica (USP). Docente e pesquisador no Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: etrajanov@gmail.com

municipio de Dianópolis y del estado de Tocantins para atender a los pequeños productores rurales de la agricultura familiar. La metodología aplicada se basó en un enfoque exploratorio, con análisis documental, investigación de campo, aplicación de cuestionarios a productores de la agricultura familiar local y entrevistas a gestores agrícolas. Se identificó que a pesar de la representación económica del sector agrícola en el municipio de Dianópolis/TO y del estímulo para la continuidad de la actividad, la agricultura familiar enfrenta dificultades por la falta de asistencia técnica, y principalmente, en relación a las políticas públicas locales dedicadas para satisfacer las necesidades del sector.

**Palabras clave:** Agricultura familiar. Agricultura. Desarrollo regional. Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

As assimetrias entre as regiões brasileiras constituem o substrato das investigações sobre o desenvolvimento regional no país. Para Brandão (2019, p. 08), “as marcas da desigualdade e da diversidade estiveram reiteradamente presentes na formação e no desenvolvimento do país em sua dimensão territorial”. Esta realidade não poderia ser diferente para o estado do Tocantins, integrante da Região Norte do Brasil e da Amazônia Legal. As dinâmicas socioambientais e econômicas do estado, segundo Rocha (2011), estão relacionadas à questão fundiária e envolvem temas complexos como a concentração e/ou grilagem de terras, pecuária extensiva, plantio de pastagens que ameaçam a sobrevivência dos diversos e diferentes grupos de agricultores que moram e trabalham no estado.

Varanda (2017) aponta que o estado do Tocantins possui potencial para a agricultura, sendo um local de interesse para os agricultores que visam os aspectos climáticos que possibilitam a obtenção boa qualidade e produtividade agrícola, sobretudo da soja e do milho, proporcionando duas safras anuais. Estes fatores, entre outros, são responsáveis por atrair agricultores interessados na implantação de grandes projetos agropecuários com destaque para esses dois produtos. A partir da década de 1970, de acordo com Barbosa (1996), cabe destacar que esta unidade federativa também ingressou na chamada fronteira agrícola, o que impulsionou a inserção de grandes projetos de irrigação, entre os quais, plantios de soja estavam inclusos.

Nesse contexto, elegeu-se a cidade de Dianópolis/TO para figurar como objeto de estudo, visto que na região sudeste do Tocantins o município tem papel de destaque, pois é o maior da região, com estrutura para atender às necessidades das cidades vizinhas. Dianópolis é um polo regional, inserido na dinâmica que delinea o desenvolvimento da sua região de inserção no estado de Tocantins (SEPLAN, 2017).

A presente pesquisa fez-se necessária, pois a agropecuária detém representatividade econômica regional e local e abrange uma parte significativa da população, apesar das dificuldades quanto ao período de estiagem típico da região. Neste contexto, o objetivo do artigo é caracterizar as estratégias para a agropecuária adotadas pelos órgãos do município de Dianópolis e pelo estado de Tocantins para atender os pequenos produtores rurais da agricultura familiar. A relevância desta pesquisa está associada a investigação sobre as ações e políticas públicas para apoiar um setor relevante para a economia local, a agricultura familiar. A investigação foi realizada a partir da comparação entre os dados públicos disponíveis quanto as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município e os relatos dos agricultores, conforme caracterizado na seção dedicada ao método da pesquisa.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. Além da presente introdução, com a apresentação do tema e objetivo, há a seção dedica a apresentação dos fundamentos teóricos subjacentes a investigação. A terceira seção caracteriza o método de pesquisa, seguida por aquela que abrange a apresentação e discussão dos resultados da investigação. A quinta e última seção descreve as considerações finais.

## 2– AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agricultura familiar é um dos setores mais importantes da agricultura brasileira, pois apresenta uma diversificação na sua produção em conjunto com a geração de ocupação produtiva. A agricultura familiar representa um percentual significativo das ocupações e das propriedades rurais no país. A agricultura familiar, no Brasil, inclui desde aptidão para a geração de empregos e renda, até a dimensão da

sustentabilidade econômica, ambiental e social. A agricultura familiar se destaca por apresentar diversificação na produção e, o Brasil por possuir uma grande extensão territorial e culturas distintas não poderia ser diferente com relação a organização das formas familiares de agricultura existentes. Assim, Conterato, Schneider e Waquil (2009, p. 150) entendem que “a diversidade de formas familiares de agricultura permite distintas possibilidades de abordar o fenômeno, mostrando a riqueza do tecido social de inúmeras regiões rurais e a construção de distintas categorias analíticas”.

Para Santos e Dalbianco (2017), a agricultura familiar é o eixo do desenvolvimento local e regional, pois sua forma de produção está baseada em um sistema orgânico, onde utilizam os recursos naturais de forma racional e adequada, não agridem o meio ambiente, promovem um equilíbrio ecológico, garante a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar social e econômico. Tal perspectiva é necessária, considerando as mudanças na agricultura brasileira desde a década de 1960 (Heck, 2021). Para Vieira (2014) a agricultura familiar apresenta peculiaridades mais compatíveis com o desenvolvimento sustentável, pois além dos valores econômicos, considera a interação entre o agricultor e a natureza. Isso leva em conta uma diversidade na produção, menor lucro e redução na utilização dos produtos químicos. Destaca-se que esse processo tem relação com processo histórico e a forma de ocupação do território, como destacam Andrade, Santos e Carniello (2023).

O impacto da agricultura familiar no Brasil foi mensurado pelo último Censo Agropecuário (IBGE, 2017) 77% dos estabelecimentos agropecuários eram classificados como agricultura familiar. Em termos de área, a agricultura familiar ocupou 80,9 milhões de hectares no período analisado, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. No Tocantins, 50% das terras destinadas a atividade agrária são de agricultores familiares, cerca de 42 mil famílias espalhadas em 540 assentamentos, geram cerca de 120 mil empregos, respondendo por 40% do valor total da produção agrícola (SEAGRO, 2023).

As características da agricultura familiar a potencializam como um ativo estratégico para o desenvolvimento local associado à sustentabilidade. Para Martins (2002), o desenvolvimento econômico local abrange o aproveitamento ótimo dos recursos endógenos com o objetivo de maximizar o crescimento da economia, de criar postos de trabalho e de melhorar a qualidade de vida. Esse é o desafio que acompanha a expansão das atividades econômicas no país, alcançar o desenvolvimento sustentável nas atividades associadas a agricultura e a também a pecuária (Magro; Santos; Galvão Junior; Silva e Oliveira, 2019).

A agricultura familiar é um importante motor de desenvolvimento regional, sendo responsável pela produção de alimentos e pela geração de emprego e renda no campo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2019), a agricultura familiar é responsável por produzir cerca de 80% dos alimentos consumidos no mundo, além de ser uma importante fonte de proteção ambiental e conservação de terras (Giovani, 2021). Outro fator de extrema relevância, no contexto de desenvolvimento sustentável, é a dimensão ambiental. Essa preocupação com o meio ambiente não é algo novo, pois a partir do século XX, com o crescimento populacional e o alto desenvolvimento tecnológico, tal problemática se intensificou com foco na preservação dos recursos naturais, com a adoção de práticas de uso racional, desenvolvimento com sustentabilidade e harmonia entre o homem e o meio em ambiente para garantir a qualidade de vida atual e resguardar para as futuras gerações (Albuquerque *et al.*, 2021).

Dentre as preocupações que envolvem aspectos sociais, principalmente, no que tange a agricultura familiar no contexto Brasil, estão as melhorias das condições de

vida das pessoas, a busca do bem-estar e da dignidade, a inclusão social e a cidadania. Segundo dados do IBGE (2017), no Brasil a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos no país, e emprega aproximadamente 10 milhões de pessoas. Além disso, a agricultura familiar tem um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e na redução da pobreza e da desigualdade no campo (Giovani, 2021). Além disso, o aumento da produção e comercialização de alimentos pela agricultura familiar pode resultar em uma maior autonomia alimentar das populações locais, contribuindo para a promoção da segurança alimentar regional. Esse processo fortalece a economia local e reduz as importações de alimentos, gerando efeitos positivos em toda a cadeia produtiva (Giovani, 2021).

O desenvolvimento das estruturas produtivas e de comercialização da agricultura familiar é um importante mecanismo de desenvolvimento regional. Investimentos em agroindústrias, cooperativas e associações de produtores rurais promovem a geração de emprego e renda e incentivam o desenvolvimento das regiões. Ainda segundo a FAO (2019), o fortalecimento da agricultura familiar pode contribuir significativamente para a redução do êxodo rural, uma vez que a geração de oportunidades de emprego e renda no campo tendem a fixar a população no local em que está inserida, remetendo ao conceito supramencionado que é a formação de um território. Dessa forma, é possível promover o desenvolvimento econômico e social das zonas rurais, reduzindo a desigualdade entre o campo e a cidade. Mas, para a manter o equilíbrio entre o produzir de forma sustentável e conservar os recursos naturais, faz-se necessário implantar políticas públicas eficientes, ou seja, uma governança territorial que capacita uma sociedade organizada a gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

A governança territorial é uma instância institucional de exercício de poder, exercido com simetria no território para defender as suas próprias prioridades, frente as prioridades de instituições financeiras e organizacionais. A governança não indica a criação de uma Agência de Desenvolvimento como se fez no passado que recebia dinheiro público, devido a sua limitação de atuação e subordinação a interesses. Mesmo assim, o conhecimento tático é necessário para garantir que sejam conhecidos os problemas táticos e operacionais para o desenvolvimento. Todo o processo de governança é pautado no conhecimento, tendo por base o conhecimento empírico dos atores envolvidos, em contrapartida, a equipe que alça conhecimentos técnicos para propor soluções aos problemas e desafios (Dallabrida, 2020). Para o autor o planejamento com metas de gestão abrange o desenvolvimento local, regional e nacional, com o apoio do Estado para desenvolver uma gestão democrática social e participativa

Assim, salienta-se a necessidade de valorização do agricultor familiar por parte das políticas públicas e da governança territorial eficiente. Investimentos em infraestrutura rural, capacitação técnica e promoção de políticas de incentivo à produção e comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar são fundamentais para o desenvolvimento regional e para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada (Giovani, 2021).

Diante do exposto, e levando em conta pontos inerentes destacados pelos autores mencionados, ressaltasse a relevância que o planejamento e a governança territorial apresentam, no caso dos agricultores familiares de Dianópolis/TO, por residirem em uma região de períodos de estiagem prolongados, com dificuldade de escoamento da produção devido a localização geográfica e, que demandam por políticas públicas que possam atender as suas necessidades específicas como assistência técnica, cursos de processamento de alimentos que agregam valor com



selos de inspeção de qualidade, informações sobre a participação em programas de apoio e acesso a financiamentos.

### **3 – MÉTODO**

A investigação realizada e apresentada nesse artigo resultou de uma abordagem qualitativa com pesquisa exploratória de campo, aplicação de questionário semiestruturado e entrevista. Para Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2010), a pesquisa exploratória visa promover maior familiaridade com o problema e torná-lo explícito, buscando explorar e conhecer características de um fenômeno e, conseqüentemente, permitir a proposta de estudos aprofundados. Para Cooper e Schindler (2011), estudos exploratórios possibilitam ao pesquisador desenvolver conceitos de forma mais clara.

A população estudada compreendeu pequenos produtores rurais da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO, cadastrados nas Instituições do governo do estado de assistência técnica e extensão Rural (Ruraltins). Neste trabalho, os pequenos produtores rurais da agricultura familiar, são as pessoas que possuem imóvel rural com até 4 Módulos Fiscais (o Módulo Fiscal é expresso em hectares, definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e varia de acordo com o município entre 5 e 110 hectares), que sobrevivem de vender o que produzem, e usam sua própria mão de obra e de sua família, conforme estabelece a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 em seu art. 3º (BRASIL, 2006).

O município de Dianópolis/TO (RURALTINS, 2023), possui 348 pequenas propriedades rurais, desta forma, com uma margem de erro de 5% com 90% de confiança, a população amostrada para responder o questionário foi de 116 produtores. A proposta de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Taubaté (UNITAU) (CAAE 67660023.9.0000.5501).

### **4 – ANÁLISE DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR EM DIANÓPOLIS/TO**

Ao analisar a atividade agropecuária é possível buscar o desenvolvimento regional e local nas particularidades econômicas de uma região, como a do Sudeste do Tocantins, mais precisamente em Dianópolis/TO. A agropecuária é um setor relevante no município por envolver parte substancial da população. Para que a agropecuária possa contribuir com a inclusão produtiva, é necessário que sejam adotadas medidas para garantir a sustentabilidade da atividade. Para Pletsch, Casali e Baggio (2019), isso inclui a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, a conservação dos recursos naturais, a redução do uso de agrotóxicos, a promoção da agricultura familiar e o acesso a mercados.

A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola que tem um papel fundamental no desenvolvimento regional, caracterizada por ser realizada em pequenas propriedades, utilizar técnicas de produção sustentáveis, e ter um forte vínculo com o território. Segundo Rego e Rocha (2017) a agricultura familiar é responsável por uma grande parcela da produção de alimentos no País, contribuindo para a segurança alimentar da população. Além disso, Salanek Filho (2007) entende que a agricultura familiar tem um papel fundamental na segurança alimentar, fornecendo alimentos para a população local e para outras regiões.

Ao analisar os dados, a partir das entrevistas com produtores rurais da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO, foi possível observar que os

trabalhadores rurais, geralmente, dependem da agricultura como sua principal fonte de renda, porém, essa atividade pode ser afetada por uma série de fatores, como variações climáticas, sazonalidade das colheitas, oscilações de preços no mercado agrícola, entre outros.

Essas condições podem tornar a renda desses trabalhadores irregular e instável ao longo do ano, necessitando de assistência financeira por meio dos programas sociais. É possível observar que a maior quantidade de participação dos trabalhadores rurais em programas sociais concentra-se nos benefícios de BPC/LOAS (31,9%), Bolsa família (21,6, %) e Tarifa Social (17,2%), ou seja, 70,7% dos entrevistados participam de algum dos programas do governo de fomento aos que necessitam de assistência financeira, dados apresentados na Tabela 1. Quando questionados sobre os programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Estiagem, os entrevistados alegaram não participar. Destaca-se que 31,9% dos entrevistados recebem BPC/LOAS.

Tabela 1 – Programas sociais rurais de Dianópolis/TO em 2023.

	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Cumulative Percent.</b>
<b>Programa Bolsa Família</b>	25	21,6%	21,6%
<b>Tarifa Social de Energia Elétrica</b>	20	17,2%	38,8%
<b>Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS</b>	37	31,9%	70,7%
<b>Não participa</b>	34	29,3%	100%
<b>TOTAL</b>	116	100%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O Programa Bolsa Família, um programa de transferência de renda do governo brasileiro que tem como objetivo fornecer assistência financeira para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Os trabalhadores rurais, especialmente aqueles que vivem em áreas de baixo desenvolvimento econômico e com dificuldades de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, podem se encaixar nesse perfil de vulnerabilidade socioeconômica (Mocelin, 2011). A Tarifa Social, por sua vez, foi criada pela Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, é um benefício que visa a redução da conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. O consumo de energia elétrica é essencial para diversas atividades rurais, como irrigação, refrigeração de alimentos e utilização de equipamentos agrícolas. No entanto, os custos associados ao uso da energia elétrica podem ser uma carga significativa para os trabalhadores rurais de baixa renda, sendo assim, demonstra-se através da pesquisa a sua importância para moradores das zonas rurais de Dianópolis/TO.

Dessa forma, os trabalhadores rurais, muitas vezes, recorrem ao Bolsa Família e à Tarifa Social de energia elétrica como forma de complementar sua renda e reduzir os custos básicos de subsistência. Esses programas sociais ajudam a aliviar parte da pressão financeira sobre esses trabalhadores, permitindo atender às necessidades básicas de suas famílias. Além disso, é importante destacar que os trabalhadores rurais enfrentam desafios específicos, como a sazonalidade do trabalho agrícola e a falta de infraestrutura em áreas rurais. Essas dificuldades podem tornar o acesso a oportunidades de trabalho e serviços básicos ainda mais limitado, aumentando a necessidade de assistência por meio de programas como o Bolsa Família e a Tarifa Social.

Ao analisar-se a existência de terceirização de pessoas no meio rural, foi observado que 62,9% dos analisados não possuem trabalhadores terceirizados,



mesmo assim, 37,1 % possui terceiros em suas propriedades (Tabela 2). Ressaltando que esta terceirização, segundo os entrevistados, está basicamente na troca de serviços entre os produtores locais, e alguns poucos casos pagamento de diárias.

Tabela 2 – Terceirização da agricultura familiar em Dianópolis/TO em 2023.

	Frequência	Percentual	Cumulative Percent.
Sim	43	37,1%	37,1%
Não	73	62,9%	100%
Total	116	100,0%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A porcentagem de terceirização de mão de obra (37,1%) é consideravelmente maior do que a porcentagem de registro de terceiros (2,3%). Isso indica que uma parcela maior das pessoas que responderam prefere a terceirização de mão de obra que realizar o registro de terceiros. O reduzido percentual de registros de terceiros se justifica na troca de serviços. Segundo Sabourin (2009), mais do que uma simples troca de serviços, a reciprocidade seria a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social, pois no trabalho agrícola as tarefas precisam ser realizadas no momento adequado ou todo esforço colocado na produção pode ser afetado, o que evidencia a importância das relações de reciprocidade entre produtores familiares.

Foi identificado que em Dianópolis/TO que 56,9% dos entrevistados não tiveram acesso a empréstimos e financiamentos, o que evidencia a necessidade de incremento das políticas públicas relacionados ao financiamento da agricultura familiar. As políticas públicas e os instrumentos de apoio à agricultura familiar são fundamentais para o desenvolvimento regional sustentável. Essas políticas têm como objetivo a melhoria das condições de vida das famílias rurais, o aumento da produtividade e a promoção da segurança alimentar. O empréstimo e o financiamento se apresentam como um meio de acesso do pequeno produtor a bens. O acesso ao capital é uma maneira de enfrentamento às dificuldades oriundas das atividades dos pequenos produtores rurais relativas a expansão das suas operações, para melhorar a produtividade e modernizar suas práticas agrícolas.

O apoio financeiro aos pequenos produtores contribui para o desenvolvimento econômico regional. Ao investirem em suas atividades agrícolas, geram empregos e impulsionam a economia local. Além disso, o aumento da produção agrícola dos pequenos produtores pode estimular o desenvolvimento de outras indústrias e serviços relacionados ao setor agrícola, como agroindústrias, transporte e comércio (EMBRAPA, 2018). No entanto, como apresentado na Tabela 3, 56% dos entrevistados não tem acesso a empréstimos ou financiamentos para investir na sua propriedade e obter maiores retornos financeiros.

Tabela 3 – Acesso dos agricultores familiares de Dianópolis/TO a financiamentos em 2023.

	Frequência	Percentual	Cumulative Percent.
<b>Empréstimo</b>	22	19,0%	19,0%
<b>Financiamento</b>	17	14,7%	33,6%
<b>Outro</b>	10	8,6%	42,2%
<b>Prefiro não responder</b>	1	0,9%	43,1%
<b>Não</b>	66	56,9%	100%
<b>Total</b>	116	100,0%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Assim, consoante mencionado pelos agricultores familiares durante a entrevista, que a questão financeira repercute diretamente nos limites em relação aos investimentos na propriedade, maior produção e aumento da renda. Dos 116 entrevistados, 81 famílias apresentam a renda concentrada entre 1 e 2 salários, quando chega, segundo alguns dos entrevistados (Tabela 4).

Tabela 4 – Renda familiar total por categoria salarial em 2023.

Categorias		Famílias
1	1 a 2 salários-mínimos	81
2	2 a 3 salários-mínimos	25
3	3 a 4 salários-mínimos	2
4	acima de 4 salários-mínimos	8

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No entanto, as discussões sobre as condições de desenvolvimento incluem além da remuneração outras variáveis como o acesso as políticas públicas e a promoção da equidade de oportunidades para a inclusão produtiva. A agricultura familiar em Dianópolis/TO é caracterizada por um conjunto de práticas agrícolas utilizadas por pequenos produtores rurais com o objetivo de garantir a subsistência de suas famílias e, em alguns casos, gerar renda. Estes agricultores são responsáveis pela produção de uma ampla variedade de culturas, incluindo grãos, leguminosas, frutas e hortaliças, além da criação de animais para consumo e venda.

Assim, aqueles que se deslocam diariamente ou semanalmente para a cidade, são os produtores que cultivam hortaliças/olerícolas, que são perecíveis, e necessitam serem vendidas com urgência para não perder. A análise da frequência com que os trabalhadores rurais se deslocam para a cidade permite compreender os fluxos de mobilidade entre áreas rurais e urbanas. Essas informações podem ser úteis para planejamento urbano, políticas públicas e desenvolvimento econômico, fornecendo uma visão mais abrangente das interações entre esses dois contextos. Compreender a frequência com que os trabalhadores rurais se deslocam para a cidade pode fornecer informações valiosas sobre as dinâmicas sociais e econômicas e planejar políticas públicas locais que envolvem essas populações.

A propriedade da terra para o pequeno produtor rural é um aspecto fundamental para sua subsistência e sustentabilidade econômica, 81% dos entrevistados possuem a propriedade, algo significativo e valioso em benefício do produtor, pois esse geralmente depende da terra para produzir alimentos, criar animais e desenvolver atividades agrícolas, conforme demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 – Propriedade do agricultor familiar de Dianópolis/TO em 2023

	Frequência	Percentual	Cumulative Percent.
<b>Própria</b>	94	81,0%	81,0%
<b>Arrendamento</b>	8	6,9%	87,9%
<b>Outros</b>	14	12,1%	100%
<b>Total</b>	116	100,0%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A segurança e a estabilidade da posse da terra são questões cruciais para o pequeno produtor rural, pois influenciam sua capacidade de investir na terra, obter crédito, acessar programas governamentais e planejar a produção de longo prazo. A regularização fundiária, a garantia de direitos de propriedade e a proteção contra a grilagem de terras são aspectos importantes a serem considerados para promover a segurança e a sustentabilidade dos pequenos produtores rurais. O acesso à terra é um

dos principais desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais e políticas públicas que visam promover a reforma agrária, a titulação de terras e o acesso a recursos podem contribuir para fortalecer a produção e melhorar a qualidade de vida desses produtores rurais.

Tabela 6 – Tamanho da propriedade em Dianópolis em 2023

	Frequência	Percentual	Cumulative Percent.
Minifúndio (Menos de um há)	10	8,6%	8,6%
Pequena propriedade (até 04 módulos fiscais)	105	90,5%	99,1%
Prefiro não responder	1	0,9%	100%
Total	116	100,0%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em análise ao perfil socioeconômico identificado por meio das entrevistas, 81,0% dos produtores da agricultura familiar possuem propriedade própria, e 90,5% são possuidores de pequena propriedade, até 4 módulos fiscais (entre 70 e 80 ha), além de 85,3% possuírem meio de locomoção carro (53,4%), moto (24,1%) e caminhonete (7,8%), dados que demonstram que as condições financeiras proporcionadas pela agricultura familiar permitem promover o desenvolvimento econômico local.

O desenvolvimento de atividades que agregam valor nas propriedades rurais é um forte indicativo para o desenvolvimento local. É possível averiguar na Tabela 9, que apenas 39,7% dos pequenos produtores entrevistados agregam processos e procedimentos aos seus produtos, dos quais pode-se destacar alguns processos citados pelos entrevistados, como: diversificação de produtos como farinha de mandioca, rapadura, doce de leite, queijo, doces e rapaduras de frutas nativas (buriti), processos de melhoria da produtividade e valor agregado ao produto.

Tabela 7 – Processamento do agricultor familiar de Dianópolis/TO que agregam valor em 2023

Processamento	Frequência	Percentual	Cumulative Percent.
Sim	46	39,7%	39,7%
Não	70	60,3%	100,0%
Total	116	100,0%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O estudo realizado indica que 35,4% dos entrevistados apresentam muito estímulo contra apenas 1,7% sem estímulo, ou seja, mais de 80% estão motivados para continuar na atividade agrícola. Algo que chama a atenção, quando alegam não existir políticas públicas para atender suas necessidades. A participação do poder público é de suma importância para o pequeno produtor rural, visto que é seu papel promover o desenvolvimento sustentável e equitativo do setor agrícola. Diante o exposto, e mesmo com as dificuldades encontradas na atividade agrícola no município, os produtores da agricultura familiar se encontram motivados a continuarem na atividade por gostar do que fazem, alguns alegaram ser a única atividade que sabem fazer.

No entanto, a agricultura familiar em Dianópolis enfrenta diversos desafios, como a falta de acesso a crédito, assistência técnica e a mercados para a comercialização dos produtos. Além disso, conforme salienta Caetano, Fedrizzi e Finato (2012), a falta de sucessão familiar na atividade agrícola é um problema que afeta a continuidade da produção e a sustentabilidade do setor. Para enfrentar esses

desafios, são necessárias políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e promovam seu desenvolvimento sustentável. Isso pode ser feito por meio de programas de fomento, assistência técnica, acesso a crédito e mercados, entre outros. Além disso, para Arenhart e Fontana (2020), é importante fortalecer as organizações de produtores e promover a participação social na construção de políticas públicas para o setor.

O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) possui regras e procedimentos próprios para regular as atividades de certificação. Segundo o INT (2017), o MAPA estabelece o conjunto de regras e requisitos que devem ser cumpridos para cada tipo de produção orgânica: produção primária vegetal, produção primária animal, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal, dentre outros. A produção orgânica deve cumprir toda regulamentação técnica específica na legislação nacional pertinente.

A certificação de produtos orgânicos é compulsória e foi estabelecida pela Lei 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. No Brasil, para obter a Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV) e para que o produto seja rotulado e vendido como “orgânico”, as unidades de produção devem passar por um dos três mecanismos de garantia da qualidade orgânica: certificação por auditoria, certificação participativa ou estar vinculada à uma organização de controle social. Essas obrigações são baseadas nos riscos à segurança do consumidor ou ao meio ambiente (INT, 2017).

Assim, destaca-se a importância de os produtos produzidos e/ou processados pelo produtor da agricultura familiar possuírem certificação com selo de qualidade, pois agregam valor ao produto e garantem ao consumidor um produto saudável e de ótima qualidade, livre de resíduos químicos, além de, preservar o meio ambiente.

Percebe-se que dos entrevistados 93,1% não possuem Selo de Inspeção Municipal, esse selo, conforme Prezotto (2013, p. 05), é uma responsabilidade do poder público municipal, “é complexa e passa por constante processo de ajustes, os interessados devem buscar informações complementares com base nas legislações vigentes”. No município de Dianópolis/TO os certificados são expedidos por autoridades da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme dispõe a Lei Municipal 1265/2013, para produtos de origem animal. Esses selos de certificação são fornecidos ao produtor de produtos orgânicos após o acompanhamento dos profissionais do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que apontam adequação com a legislação brasileira estabelecida e conforme a necessidade do produto.

No entanto, dos entrevistados, apenas 6,9% possuem o Selo de Inspeção Municipal, contra 39,7% que agregam valor ao seu produto, demonstrando que apenas um pequeno número de produtores da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO recebe algum tipo de inspeção ou orientação sobre aquilo que produzem. Segundo Prezotto (2013), para a agricultura familiar, é de suma importância regularizar seus bens e produções, para que sigam competindo no mercado e participe do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses programas representam importantes oportunidades para os agricultores familiares expandirem suas vendas e garantirem uma renda mais estável.

Neste viés, o órgão do Estado Ruraltins auxilia os produtores da agricultura familiar a realizarem o cadastro junto aos programas PNAE e PAA, assim como, dá suporte técnico às propriedades cadastradas com as adequações necessárias exigidas. Porém, este suporte somente é fornecido quando o produtor rural procura o instituto e o solicita, sendo que, muitos produtores não sabem que este órgão está à disposição

para orientá-los em sua propriedade, bem como, com cadastros para os programas de merenda escolar e venda direta.

A equidade é um aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável, pois enfatiza a importância de garantir que todos os indivíduos e grupos tenham oportunidades iguais e justas para prosperar e se desenvolver. Além disso, Arenhart e Fontana (2020) entendem que a participação social é um componente essencial do desenvolvimento sustentável, pois enfatiza a importância da colaboração e da inclusão para alcançar objetivos comuns.

As características de produção da agricultura familiar são marcadas pela diversidade de cultivos, manejo integrado de animais e plantas, uso de sementes crioulas, adubação orgânica e respeito aos ciclos naturais. Segundo Rodrigues (2018), essas práticas sustentáveis permitem a produção de alimentos saudáveis e diversificados, de forma a atender a demanda crescente por alimentos de qualidade e preservando a biodiversidade.

A segurança alimentar é outro aspecto importante da agricultura familiar, uma vez que ela é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos pelas famílias rurais, bem como pela oferta de alimentos frescos e saudáveis nos mercados locais. Além disso, para Arenhart e Fontana (2020), a agricultura familiar contribui para a redução da dependência em relação aos alimentos importados e para a diminuição das desigualdades socioeconômicas no campo. Além disso, a agricultura familiar tem uma forte relação com o território, pois as famílias que a praticam têm vínculos sociais e culturais com a comunidade local, valorizando as tradições, a identidade e a cultura do lugar. Isso contribui para o fortalecimento das relações sociais e para a construção de uma cidadania ativa e participativa (Santos, 2009).

A agricultura familiar também é uma importante estratégia de conservação ambiental, pois promove a preservação do solo, da água e da biodiversidade. Essa prática agrícola contribui para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a capacidade de sequestro de carbono (Damasceno, Khan e Lima, 2011).

A agricultura familiar tem um papel fundamental no desenvolvimento local, pois é responsável pela geração de renda e emprego em pequenas comunidades, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Essa atividade produtiva é responsável por grande parte da produção agrícola nacional e pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, é uma forma de resistência à expansão do agronegócio, que muitas vezes é insustentável e gera desigualdades socioeconômicas e ambientais. Correa et al. (2023) entendem que a agricultura familiar pode ser uma alternativa viável e sustentável para o desenvolvimento rural, desde que sejam implementadas políticas públicas adequadas de apoio a essa atividade.

Em Dianópolis/TO existem algumas políticas públicas que têm impacto direto na agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém este último com pouca divulgação entre os produtores da agricultura familiar.

A partir dos dados da Tabela 10, percebe-se que apenas 19,0% dos entrevistados disponibilizam seus produtos em algum programa, recebem assistência técnica ou participam de programas do Governo Federal, como o compra direta destinado as escolas do governo. Alguns dos entrevistados alegaram não possui informação sobre o acesso aos programas PNAE e PAA, já outros disseram ser burocrático desde o cadastramento e se adequar às exigências do programa.



Tabela 8 – Agricultor familiar de Dianópolis/TO participantes de programas de apoio em 2023

	Frequência	Percentual	Cumulative Percent.
Sim	22	19,0%	19,0%
Não	94	81,0%	100,0%
Total	116	100,0%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Estes programas de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e destinados gratuitamente para pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e saudável foram criados no intuito de impulsionar o desenvolvimento da agricultura familiar local e contribuir no combate à pobreza e a miséria no campo. Assim, o acesso a mercados é outro aspecto fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar em Dianópolis/TO, por meio diferentes canais de comercialização, como a Feira da Agricultura Familiar, que acontece semanalmente na cidade, ou mesmo a venda direta dos produtos ao consumidor final de porta em porta.

Destaca-se que, para participarem das feiras livres em praças da cidade, 3 vezes na semana, os agricultores familiares se deslocam da sua propriedade munidos com seus produtos para atender a população. No entanto, precisam trazer sua estrutura física para abrigar seus produtos, além de chegar antes para conseguir uma sombra debaixo de árvores, pois não existe uma estrutura coberta que os abrigue da chuva ou do sol. O planejamento, por meio das políticas públicas do município deveria organizar uma estrutura fixa, onde esses produtores pudessem vender seus produtos em um só lugar, em melhores condições e com melhor qualidade. Contudo, os agricultores familiares precisam se organizar em associações ou cooperativas e juntos buscar por melhores condições para suas atividades. Fortalecer as organizações dos produtores com a criação de cooperativas e associações de produtores e com suporte técnico e financeiro a partir de políticas públicas, pode ser uma estratégia para a sustentabilidade da agricultura familiar em Dianópolis/TO.

A Tabela 11 aponta que 42,2% dos entrevistados participam de alguma associação, normalmente dentro dos próprios assentamentos. Alguns destacam a desorganização e, se tratar de um faz de conta. Contudo, no município não existe nenhuma cooperativa que possa agregar melhores condições na hora da venda dos produtos produzidos pela agricultura familiar local.

Tabela 9 – Participação do agricultor familiar de Dianópolis/TO em associação em 2023

	Frequência	Percentual	Cumulative Percent.
Sim	49	42,2%	42,2%
Não	67	57,8%	100,0%
Total	116	100,0%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A agricultura familiar em Dianópolis/TO também precisa lidar com as mudanças climáticas e seus impactos na produção agrícola. É necessário adotar práticas agroecológicas e sistemas produtivos mais resilientes que possam se adaptar às condições climáticas adversas e garantir a produção de alimentos de forma sustentável. Para enfrentar esses desafios são necessárias políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e promovam seu desenvolvimento sustentável. Isso pode ser feito por meio de programas de fomento, assistência técnica, acesso a crédito e mercados, entre outros. Além disso, é importante fortalecer as organizações de produtores e promover a participação social na construção de políticas públicas para o setor.



A gestão de políticas públicas que atendam às necessidades dos pequenos produtores é essencial para o desenvolvimento sustentável e econômico de comunidades rurais. Uma gestão eficiente pode ajudar a superar desafios, atingir melhores resultados e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores. Para isso, Becker (1998) apresenta uma proposta para solucionar a problemática: elaboração; desenho do futuro desejado; realidade; futuro x a realidade e; definir, organizar e estruturar a realidade, ou seja, território como referência, governança territorial e estruturada. Complementa Dallabrida (2020), que esse processo envolve os atores medindo seus interesses e promovendo a governança territorial de maneira democrática. E ainda estratifica da seguinte maneira: definir estratégias para o desenvolvimento, pactos socio territoriais de maneira a agir coletivamente e visão prospecta do futuro. Ao salientar a importância da agricultura familiar no município de Dianópolis/TO, torna-se imprescindível estabelecer planos estratégicos entre os atores envolvidos nesse processo, por meio das políticas públicas traçadas pela governança territorial, de maneira democrática e na expectativa de melhores resultados mais à frente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade agropecuária apresenta significativa expressão econômica no município de Dianópolis. Nesse cenário a agricultura familiar tem papel relevante, pois a produção é comercializada no mercado local, feiras e para os programas do governo que atendem a alimentação escolar. Os dados indicam a pertinência das políticas públicas para o atendimento da agricultura familiar no município. A investigação realizada possibilitou o alcance do objetivo da pesquisa, caracterizar as estratégias para a agropecuária adotadas pelos órgãos do município de Dianópolis e pelo estado de Tocantins para atender os pequenos produtores rurais da agricultura familiar. Constatou-se que 70,7% dos participantes da pesquisa integram algum programa público, como Bolsa Família, Tarifa Social ou BPC. Esse índice de participação evidencia a relevância do propiciar de recursos públicos para a promoção do desenvolvimento no município.

Com relação ao impacto das políticas públicas em Dianópolis/TO, destaca-se a falta de cursos de aperfeiçoamento como incentivo ao processamento dos produtos in natura para maior valor agregado. Por exemplo, apenas 39,7% dos entrevistados declararam aplicar algum tipo de processamento aos seus produtos e, apenas 6,9% possuem a certificação de qualidade por meio do Selo de Inspeção Municipal. Constata-se a necessidade de ampliação ao acesso a informações e cursos de aperfeiçoamento para que os produtores da agricultura familiar possam receber o selo de inspeção de qualidade dos produtos processados e agregar maior valor aos seus produtos.

A importância da agricultura familiar para a sustentabilidade local em Dianópolis foi constatada. A sua promoção e fortalecimento são fundamentais para garantir a continuidade da atividade agrícola e a dinamização da economia local. No entanto, é preciso reconhecer os desafios enfrentados pelos agricultores familiares e buscar soluções inovadoras e integradas para promover o desenvolvimento sustentável. A agricultura familiar do município de Dianópolis/TO possui representatividade econômica e social, daí a pertinência de políticas públicas eficazes para o setor.

Além da representatividade social e econômica, a produção dos agricultores familiares está inserida na prática de segurança alimentar pertinente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2), pois constatou-se que os agricultores

participantes da pesquisa não utilizam defensivos químicos para o controle de pragas e plantas daninhas por não possuírem condições financeiras, vez que, se trata de produtos com valor elevado. As atividades praticadas pelos agricultores familiares com a conservação das nascentes e córregos (valorizam porque precisam da água), pouco revolvimento do solo (não possuem máquinas), utilizam adubação orgânica e, outras práticas de preservação, permitem concluir que se trata de uma atividade sustentável. Assim, a continuidade de práticas com baixo impacto ambiental depende de políticas públicas com foco na melhoria das condições econômicas e com foco na sustentabilidade.

A investigação possibilitou constatar a premência por aprimoramento das políticas públicas presentes no município quanto ao atendimento dos trabalhadores rurais associados a agricultura familiar. Destaca-se a pertinência da governança em torno de diferentes modos de organização, alinhadas ao interesse e necessidades do agricultor familiar como ator social na criação e gestão de políticas públicas inerentes ao desenvolvimento regional e local de Dianópolis/TO.

Apesar dos desafios pertinentes à consecução da pesquisa, como a dificuldade para o acesso as propriedades mais longínquas, foi possível caracterizar a agricultura familiar em relação as políticas públicas efetivadas no município e, conseqüentemente, contribuí com dados para a construção de uma gestão pública eficiente, com o intuito de abranger resultados positivos e melhorar a qualidade das atividades produtivas da agricultura familiar do município de Dianópolis/TO.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODE, M. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares.** Revista Sociologias, n. 12, n. 24, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/HnvsMtDj9P7fttdjCy75q5K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ALBUQUERQUE, D. S.; ALVES, L. da S. F; LIMA JÚNIOR, F. do O' de; SOUSA, M. L. **A dimensão ambiental para o ordenamento territorial.** Revista de Geografia. V.38, n2. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/244120/38715> Acesso em 08 abr. 2023.

ALVES, T. A. R. **Tocantins: narrativas sobre o sertão.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, 2009. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Geografia/dissertacoes/11tocantins\\_narrativas\\_sertao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/11tocantins_narrativas_sertao.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

ANDRADE, G. M.; **CARNIELLO, M. F.** ; SANTOS, M. J. dos . **Bico do Papagaio: território e desenvolvimento regional (1930-1990).** Informe GEPEC (ONLINE), v. 27, p. 182-201, 2023. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/30861/22174>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BARBOSA, Y. M. **Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica: o Projeto Formoso.** Campinas/SP. Papirus, 1996.

BOLFE, E. L. **Matopiba em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos.** Revista de Política Agrícola, v. 25, p. 38-62, 2016. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1202>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e Transformações Territoriais Recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Lei Nº 11.326 de 25 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: [egis.senado.leg.br/norma/572111#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,Familiar%20e%20Empreendimentos%20Familiares%20Rurais](https://egis.senado.leg.br/norma/572111#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,Familiar%20e%20Empreendimentos%20Familiares%20Rurais). Acesso em: 16 fev. 2024.

BECKER, D. F. **Os limites desafiadores do planejamento.** Redes, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, p. 87-105, dez./1998.

CAETANO, L. A. M.; FEDRIZZI, T. Z.; FINATO, T. **Percepções sobre as terras nas UPAS em localidades de agricultura familiar de Gravataí/RS.** UFRGS. Porto Alegre/RS, 2012.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUILL, P. D. **Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.31, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2240/2773>. Acesso em: 12 abr. 2023.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração.** Tradução: Iuri Duquia Abreu – 10<sup>a</sup> Ed. Porto Alegre. Bookman. 2011.

CORREA, A. T.; FILGUEIRA, G. C.; CARVALHO, A. C.; LOPES, M. L. B. **Caracterização da Agricultura Familiar na Produção Agropecuária paraense a partir do Censo Agropecuário de 2017.** AOS, Belém/PA, v. 12, n. 1, 2023.

DALLABRIDA, V. R. **Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais.** Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10533>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará.** Revista de Economia e Sociologia Rural. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TJ4Bv78vmHmrTdTB7tQtgXb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERRÃO, J. **Governança e ordenamento do território:** Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. *Prospectiva e Planejamento*, v. 17, p. 129-139, 2010.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Políticas públicas para agricultura familiar.** 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 14 jan. 2023.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Visão 2030:** O futuro da Agricultura Brasileira. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Agricultura familiar.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 10 abr. 2023

FUTEMMA, C. **A pandemia da Covid-10 e os pequenos produtores rurais:** superar ou sucumbir? Nota de Pesquisa. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/wVG8tdPZQjDgspphx7sVJYN/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

GIOVANI, A. B. **Sobre o tema:** Agricultura Familiar. Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GODOI, C.K; Bandeira-de-Mello, R.B.; Silva, A.B. (org.) **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais.** Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo. Ed. Saraiva. 2010.

GUIMARÃES, R. P. **Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade.** *Ambiente e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 63-78, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/89QvD7zZxHLTm5zCqxL4yHt/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

HECK, C. R. **A expansão produtiva agropecuária no estado de Mato Grosso e seus impactos fundiários e ambientais a partir dos anos 2000.** *Informe GEPEC (ONLINE)*, v. 25, n. 2 p. 62-84, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26284/17420>. Acesso em: 16 fev. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017.* Disponível em: < [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html) > Acesso em 13 fev. 2024

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A metodologia da divisão territorial realizada pelo IBGE.** 2023. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1).

Acesso em: 30 jan. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dianópolis**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/historico>. Acesso em: 04 out. 2022.

MAGRO, T. R. D.; SANTOS, M.J.; GALVAO JUNIOR, L. C.; SILVA, J. L. G.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. **Produção bovina e desmatamento: análise da distribuição espacial da atividade pecuária no estado de Rondônia**. Informe GEPEC (ONLINE), v. 23, p. 112-126, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/21128/14355>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MALYSZ, P. A.; CHIES, C. **A Importância do Pronaf na Permanência do Agricultor Familiar no Campo**. Universidade Federal de Uberlândia. XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Territórios em Disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia/MG. 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xxienga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1395\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xxienga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

MANTOVANI, E.; AREOSA, S. V. C. **Gênero como perspectiva de análise no desenvolvimento regional**. Revista do Desenvolvimento Regional/Faccat, Taquara/RS, v. 19, n. 2, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2486>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MARTINS, S. R. de O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.3, n.5, p.51 – 59, set. 2002. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/570>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MOCELIN, C. E. **Pobreza rural e o programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto, Júlio De Castilhos/RS**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8873/MOCELIN%2c%20CASSIA%20ENGRES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jan. 2023.

NEVES, M. C. R.; CASTRO, L. S.; FREITAS, C. O. **O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial**. Rev. Econ. Sociol. Rural. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/VvX4KvF4jyLkrnJtqxnPCYc/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2023.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M.; STRASSBURG, U. **O indicador de Desenvolvimento Regional no território do Tocantins**. Interações. Campo Grande/MS. v. 20, n. 1, p. 3-20, jan/mar. 2019.



PLETSCH, L. M. M.; CASALI, M. S.; BAGGIO, D. K. **Desenvolvimento sustentável na suinocultura e bovinocultura: a experiência das propriedades do município de Três Passos/RS.** Informe, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/18759>. Acesso em: 25 nov. 2023.

REGO, N. A. M.; ROCHA, T. A. L. C. G. **Avaliação da sustentabilidade do município de Ipanguaçu/RN sob a ótica do Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDSMS).** Colóquio Revista do Desenvolvimento, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2017. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/716>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ROCHA, M. R. T. **A Rede Socio técnica do Babaçu no Bico do Papagaio/TO: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79117>. Acesso em: 09 abr. 2023.

RODRIGUES, W. **Capital social e desenvolvimento regional no Brasil.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3466>. Acesso em: 02 out. 2022.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALANEK FILHO, P. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol.** Dissertação (Mestrado em Organização e Desenvolvimento) - FAE Business School, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.fae.edu/galeria/getImage/108/1547141180403186.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023.

SANTOS, D. C.; DALBIANCO, V. P. **Agricultura Familiar seu Desenvolvimento Através das Políticas Públicas.** Anais Do 9º Salão Internacional De Ensino, Pesquisa E Extensão - SIEPE - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017. Disponível em: [https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq\\_trabalhos/14850/seer\\_14850.pdf](https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/14850/seer_14850.pdf). Acesso em: 02 mai. 2023.

SANTOS, C. S. **Apicultura uma alternativa na busca do desenvolvimento sustentável.** Dialnet, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7474803.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SEAGRO. **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins.** 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/producao-sustentavel-e-tecnificacao-impulsionam-o-desenvolvimento-do-setor-agropecuario-tocantinense/3freh1vkb88>. Acessado em: 03 mai. 2023.



SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Governo do Estado do Tocantins. **O perfil do Agronegócio Tocantinense**. Relatório Final. 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348373/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, J. A.; BERNIERI, C. G. **Os reflexos da Agricultura de larga escala nas comunidades tradicionais quilombolas**: um estudo de caso na Comunidade Lajeado, Município Dianópolis, Tocantins. Revista Espaço Acadêmico, n. 215, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46168/751375139697>. Acesso em: 21 mar. 2023.

TEIXEIRA, W. A. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense**. UNESP, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

TOCANTINS, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. **Carta de Serviços ao Usuário**, 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/ruraltins/carta-de-servicos-ao-usuario/463bw7am6m58>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VARANDA, M. A. F. **Influência do boro via aplicação foliar em soja na várzea irrigada no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Gurupi/TO. 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/588>. Acesso em: 12 abril 2023.

VIEIRA, E. T. Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis. **Desenvolvimento Rural**: desafios do planejamento econômico e ambiental. Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento – IPPLAN. Editora Cubo, São Carlos, 2014.

Recebido em 16/02/2024  
Aceito em 22/02/2024.